

CENTRO EDUCACIONAL CARNEIRO RIBEIRO: ANÍSIO TEIXEIRA E A EDUCAÇÃO PÚBLICA EM TEMPO INTEGRAL

CARNEIRO RIBEIRO EDUCATIONAL CENTER: ANÍSIO TEIXEIRA AND FULL-TIME PUBLIC EDUCATION

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.067-114>

Crislaine Aparecida Pita

Doutora em Educação

Universidade Estadual de Maringá

E-mail: Crislainepita00@gmail.com

Resumo

O presente estudo analisa o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, conhecido como Escola Parque, idealizado por Anísio Teixeira e inaugurado em Salvador, Bahia, em 1950, como experiência pioneira de educação integral pública no Brasil. Trata-se de uma pesquisa teórica, de abordagem qualitativa, realizada por meio de revisão bibliográfica e documental, com base em escritos do próprio Anísio Teixeira, em estudos historiográficos sobre a experiência e em documentos legais. O objetivo geral consiste em compreender de que modo a Escola Parque materializou a concepção anisiana de que a educação é um direito de todos e não um privilégio de poucos. Como objetivos específicos, busca-se apresentar a trajetória do educador e o contexto político da época, descrever a organização do centro, identificar os fundamentos filosóficos que a sustentaram e discutir sua influência sobre políticas posteriores de educação em tempo integral. Os resultados indicam que o modelo, ao articular escolas-classe e escola-parque, ampliou a jornada escolar e integrou instrução, trabalho, arte, educação física e convivência social, oferecendo às crianças das camadas populares uma formação antes restrita às elites. Verificou-se ainda que a experiência inspirou o sistema escolar de Brasília, os Centros Integrados de Educação Pública e programas federais recentes. Conclui-se que a Escola Parque permanece como referência fundamental para pensar uma escola pública democrática, embora a universalização da educação integral de qualidade continue sendo um desafio para o país.

Palavras-chave: Anísio Teixeira; Direito à educação; Educação integral; Escola Parque; Escola pública.

Abstract

This study analyzes the Carneiro Ribeiro Educational Center, known as Escola Parque, conceived by Anísio Teixeira and inaugurated in Salvador, Bahia, in 1950, as a pioneering experience of full-time public education in Brazil. It is a theoretical study with a qualitative approach, carried out through a bibliographic

and documentary review based on writings by Anísio Teixeira himself, historiographical studies on the experience and legal documents. The general objective is to understand how Escola Parque embodied Teixeira's conception that education is a right of all and not a privilege of the few. The specific objectives are to present the educator's trajectory and the political context of the time, to describe the organization of the center, to identify the philosophical foundations that supported it and to discuss its influence on later full-time education policies. The results indicate that the model, by combining class schools and a park school, extended the school day and integrated instruction, work, art, physical education and social life, offering children from working-class backgrounds an education previously restricted to the elites. It was also found that the experience inspired the school system of Brasília, the Integrated Centers of Public Education and recent federal programs. It is concluded that Escola Parque remains a fundamental reference for thinking about a democratic public school, although the universalization of high-quality full-time education is still a challenge for the country.

Keywords: Anísio Teixeira; Escola Parque; Full-time education; Public school; Right to education.

1 INTRODUÇÃO

Em meados do século XX, a escola primária brasileira enfrentava um paradoxo. À medida que a pressão social por vagas crescia, os sistemas de ensino respondiam multiplicando os turnos, de modo que um mesmo prédio passava a atender duas, três e até quatro turmas de crianças por dia. O resultado era uma expansão quantitativa acompanhada de profunda perda de qualidade: jornadas curtas, conteúdos reduzidos à alfabetização elementar e uma escola incapaz de oferecer às crianças pobres aquilo que as famílias abastadas garantiam a seus filhos por outros meios.

Foi contra esse quadro que o educador Anísio Teixeira (1900-1971) concebeu o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador, popularmente conhecido como Escola Parque. Inaugurado em 1950, durante sua gestão como Secretário de Educação e Saúde da Bahia, o centro foi planejado para oferecer às crianças de bairros populares uma educação em tempo integral, que reunisse instrução, trabalho, arte, recreação e cuidados com a saúde (Éboli, 1969). A experiência traduzia em prática a convicção que atravessa toda a obra do autor: a de que educação é um direito de todos e não um privilégio de poucos (Teixeira, 1957).

Diante disso, o problema que orienta este estudo pode ser assim formulado: de que maneira a Escola Parque materializou a concepção anisiana de educação como direito e qual o seu legado para a escola pública brasileira? O objetivo geral é compreender como essa experiência concretizou o projeto democrático de Anísio Teixeira. Como objetivos específicos, pretende-se apresentar a trajetória do educador e o contexto político em que a proposta foi concebida, descrever a organização pedagógica e arquitetônica

do centro, identificar seus fundamentos filosóficos e discutir sua influência sobre políticas posteriores de educação em tempo integral.

A relevância do tema justifica-se pela centralidade que a educação integral assumiu no debate educacional recente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê a ampliação progressiva da jornada no ensino fundamental (Brasil, 1996), e o Plano Nacional de Educação estabeleceu como meta a oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, metade das escolas públicas (Brasil, 2014). Compreender a experiência que deu origem a essa discussão no país permite avaliar com mais clareza os avanços e os limites das políticas atuais. Como destaca Cavaliere (2010), a proposta de Anísio não se resumia a aumentar o tempo de permanência na escola, mas a transformar a natureza da experiência escolar.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa teórica, de natureza básica e abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental. Esse tipo de investigação procura compreender um fenômeno a partir de fontes já produzidas, reconstruindo conceitos e experiências em seu contexto histórico e relacionando-os ao debate contemporâneo.

O corpus foi organizado em três conjuntos. O primeiro reúne textos do próprio Anísio Teixeira, em especial *Educação não é privilégio* (Teixeira, 1957) e o texto em que o autor apresenta o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (Teixeira, 1959). O segundo é formado por estudos sobre a experiência, a biografia e o pensamento do educador, como os de Éboli (1969), Lima (1978), Nunes (2000), Saviani (2007) e Cavaliere (2010), além da obra de Ribeiro (1986) sobre os Centros Integrados de Educação Pública. O terceiro conjunto compreende documentos legais, como a Constituição de 1946, a Lei nº 9.394/1996, o Plano Nacional de Educação de 2014 e a Lei nº 14.640/2023. A análise foi conduzida de forma interpretativa, em torno de quatro eixos: a trajetória de Anísio Teixeira e o contexto político em que o centro foi concebido, a organização do centro, seus fundamentos pedagógicos e seus desdobramentos nas políticas educacionais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender a Escola Parque, é preciso antes situar quem foi seu idealizador, que caminho o levou até ela e em que circunstâncias políticas a proposta surgiu, percurso que o Quadro 1 resume. Anísio Spínola Teixeira nasceu em 12 de julho de 1900, em Caetité, no sertão da Bahia, em uma família de proprietários rurais com forte presença na política regional. Seu pai, Deocleciano Pires Teixeira, era médico e chefe político local, o que colocou o futuro educador, desde cedo, em contato com os bastidores do poder na Primeira República (Lima, 1978). Sua formação inicial deu-se em colégios jesuítas, primeiro em Caetité e depois em Salvador, no Colégio Antônio Vieira, experiência que o marcou profundamente a ponto de ele cogitar, na juventude, o ingresso na Companhia de Jesus (Nunes, 2000).

Quadro 1 – Trajetória de Anísio Teixeira e contexto político

Período	Trajetória de Anísio Teixeira	Contexto político
1900–1922	Nascimento em Caetité (BA), formação em colégios jesuítas e bacharelado em Direito no Rio de Janeiro.	Primeira República; poder concentrado nas oligarquias estaduais.
1924–1929	Inspetor-Geral do Ensino da Bahia; estudos na Universidade de Columbia.	Reformas estaduais de ensino e crise do regime oligárquico.
1931–1935	Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal; Manifesto dos Pioneiros (1932); Universidade do Distrito Federal (1935).	Governo Vargas após 1930; disputa entre renovadores e católicos.
1936–1945	Afastamento da vida pública; atividades privadas e traduções na Bahia.	Estado Novo (1937-1945): regime autoritário e centralizador.
1947–1951	Secretário de Educação e Saúde da Bahia; criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro.	Redemocratização; Constituição de 1946; governo Otávio Mangabeira.
1951–1964	CAPEX, INEP e Universidade de Brasília; defesa da escola pública na LDB.	Período democrático, desenvolvimentismo e golpe de 1964.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Lima (1978), Nunes (2000) e Saviani (2007).

A vida religiosa, porém, não se concretizou. Anísio seguiu para o Rio de Janeiro, onde se bacharelou em Direito em 1922. Dois anos depois, com pouco mais de vinte e três anos e sem experiência prévia no campo educacional, foi convidado pelo governador Góes Calmon para o cargo de Inspetor-Geral do Ensino da Bahia. Foi nessa função, percorrendo um estado em que a maioria da população não sabia ler e as escolas eram poucas e precárias, que ele descobriu a educação como problema público e como vocação pessoal (Lima, 1978). A partir dali, o jovem formado para a carreira jurídica e política tradicional passou a dedicar-se inteiramente à organização da escola pública.

As viagens de estudo completaram essa conversão. Depois de conhecer sistemas de ensino na Europa, Anísio esteve nos Estados Unidos em 1927 e retornou no ano seguinte para cursar a pós-graduação no Teachers College da Universidade de Columbia, onde obteve o título de mestre em 1929. O contato com John Dewey e com a escola pública norte-americana, organizada como instituição comum a todas as classes sociais, alterou de modo definitivo sua visão de mundo: o antigo aluno dos jesuítas voltou ao Brasil convencido de que a ciência, a experiência e a democracia deveriam orientar a educação (Nunes, 2000).

Na década de 1930, já no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, Anísio assumiu a Diretoria de Instrução Pública na gestão do prefeito Pedro Ernesto. Ali reorganizou a rede escolar, ampliou o número de escolas, criou o Instituto de Educação para a formação de professores e fundou, em 1935, a Universidade do Distrito Federal. Em 1932, foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que reivindicava a escola pública, laica, gratuita e obrigatória (Saviani, 2007). Sua defesa da escola laica e mantida pelo Estado, contudo, rendeu-lhe a oposição de setores católicos e conservadores. No final de 1935, no clima de repressão que se seguiu ao levante comunista daquele ano, foi acusado de simpatias subversivas e obrigado a deixar o cargo (Nunes, 2000).

Seguiu-se um longo período de afastamento. Durante o Estado Novo (1937-1945), regime autoritário que centralizou o poder, censurou a imprensa e perseguiu opositores, Anísio retirou-se para o

interior da Bahia, onde se dedicou a atividades comerciais e à tradução de livros, sem qualquer participação na vida pública (Lima, 1978). Esse exílio interno de quase uma década é importante para entender o que viria depois: quando voltou à administração educacional, ele trazia não apenas as ideias amadurecidas nos anos 1920 e 1930, mas também a convicção, reforçada pela experiência da ditadura, de que a escola pública era condição para a existência de uma sociedade democrática.

O retorno ocorreu com a redemocratização do país. Em 1945, o fim do Estado Novo abriu um período de reorganização institucional, marcado pela volta das eleições, pela reorganização dos partidos e pela promulgação de uma nova Constituição. A Carta de 1946 reafirmou a educação como direito de todos, determinou a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário oficial, fixou percentuais mínimos da receita de impostos a serem aplicados em educação pela União, pelos estados e pelos municípios e atribuiu à União a competência para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional (Brasil, 1946). Foi a partir desse dispositivo que teve início, em 1948, a longa tramitação do projeto que resultaria na primeira Lei de Diretrizes e Bases, aprovada somente em 1961 (Saviani, 2007).

Nesse mesmo contexto, depois de uma breve passagem pela recém-criada UNESCO, em 1946, como conselheiro para o ensino superior, Anísio foi convidado pelo governador eleito da Bahia, Otávio Mangabeira, para assumir a Secretaria de Educação e Saúde do estado, cargo que ocupou entre 1947 e 1951 (Nunes, 2000). O momento político era favorável a iniciativas reformadoras: os governos estaduais recuperavam autonomia após anos de intervenção federal, as assembleias elaboravam novas constituições e havia, na sociedade, a expectativa de que a democracia recém-restaurada se traduzisse em melhorias concretas para a população.

Na Bahia, Anísio procurou dar forma institucional a essas expectativas. Colaborou na elaboração do capítulo sobre educação e cultura da Constituição estadual de 1947, defendendo que os serviços de ensino tivessem autonomia administrativa e financeira, sob a direção de um conselho de educação, de modo a protegê-los das oscilações e dos interesses da política partidária (Nunes, 2000). Paralelamente, sua gestão buscou ampliar a rede de escolas primárias no interior e reorganizar a formação de professores. A proposta dos centros de educação popular para a capital fazia parte, portanto, de um plano mais amplo de reconstrução do sistema educacional baiano, e não de uma iniciativa isolada.

O país que emergia da ditadura, entretanto, era profundamente desigual. Cerca de metade dos brasileiros com quinze anos ou mais não sabia ler nem escrever, e a industrialização e o êxodo rural provocavam o crescimento acelerado das cidades, sem que a oferta de serviços públicos acompanhasse esse movimento. Salvador vivia essa realidade de modo intenso: migrantes do interior instalavam-se em áreas periféricas e em ocupações populares, entre as quais as do bairro da Liberdade, onde faltavam moradia adequada, saneamento e escolas. As crianças dessas famílias, quando conseguiam vaga, frequentavam a escola por poucas horas diárias e passavam o resto do tempo nas ruas (Éboli, 1969).

Foi diante desse quadro que nasceu a ideia do centro. Segundo a literatura sobre a experiência, o governo baiano buscava uma resposta para o problema da infância desassistida na capital, então tratado sobretudo como questão de assistência ou de polícia. A resposta de Anísio foi deslocar o problema para o campo da educação: em lugar de instituições de recolhimento, propôs centros de educação popular que acolhessem as crianças durante todo o dia e lhes oferecessem aquilo que a casa e a rua não podiam oferecer (Éboli, 1969; Nunes, 2000). O plano original previa a construção de vários centros em diferentes regiões de Salvador, mas apenas um deles, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, chegou a ser erguido.

A proposta respondia também à crítica que Anísio vinha fazendo à forma como o Brasil expandia sua escola primária. Para atender à demanda crescente sem aumentar os investimentos, os sistemas de ensino reduziam a jornada e multiplicavam os turnos, produzindo o que ele considerava uma simplificação destrutiva: uma escola que apenas alfabetizava, e mal, enquanto a escola das elites permanecia intacta (Teixeira, 1957). No discurso de inauguração do centro, em 1950, ele apresentou a iniciativa como uma tentativa de devolver à escola primária o seu dia letivo completo e o seu programa integral, com leitura, aritmética e escrita, mas também ciências, artes, trabalho manual, educação física e formação de hábitos de convivência (Teixeira, 1959).

O nome escolhido para o centro homenageia Ernesto Carneiro Ribeiro, médico, filólogo e educador baiano que foi professor de Rui Barbosa, vinculando a nova instituição à tradição intelectual do estado. Já a arquitetura afirmava o seu caráter inovador: o conjunto foi projetado pelo arquiteto Diógenes Rebouças, em linguagem moderna, com pavilhões amplos, ventilados e abertos para áreas livres, e recebeu painéis de artistas modernos que atuavam na Bahia, como Carybé e Mário Cravo Júnior (Éboli, 1969). A mensagem era clara: as crianças de um dos bairros mais pobres de Salvador teriam à disposição um espaço escolar de qualidade igual ou superior ao das melhores escolas da cidade.

A execução do projeto, por sua vez, revela as dificuldades políticas e financeiras de uma iniciativa dessa natureza. Em 1950, foram inauguradas as primeiras escolas-classe; os pavilhões da escola-parque foram concluídos gradualmente ao longo dos anos seguintes, em grande parte graças ao apoio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que o próprio Anísio passou a dirigir em 1952 (Éboli, 1969). A continuidade da obra dependeu, portanto, menos de uma política estável do governo estadual e mais do empenho pessoal de seu idealizador, traço que ajuda a explicar por que o modelo, apesar de admirado, não se multiplicou na Bahia.

A trajetória posterior de Anísio confirma o caráter de luta política de sua atuação. À frente da CAPES e do INEP, tornou-se a principal voz em defesa da escola pública no debate da LDB e, por isso, alvo de nova ofensiva: em 1958, bispos católicos pediram ao governo federal seu afastamento do INEP, ao que centenas de intelectuais e educadores responderam com um manifesto em sua defesa (Saviani, 2007). Participou, com Darcy Ribeiro, da criação da Universidade de Brasília, da qual foi reitor até ser afastado

pelo regime instaurado em 1964. Faleceu no Rio de Janeiro, em março de 1971, em circunstâncias que nunca foram inteiramente esclarecidas (Nunes, 2000). A Escola Parque deve ser lida à luz dessa biografia: não como obra isolada de um técnico, mas como parte de um projeto de vida voltado à democratização da escola brasileira.

Quanto à sua organização, a análise das fontes evidencia que o Centro Educacional Carneiro Ribeiro foi concebido como um conjunto articulado de edificações e atividades, e não como uma escola isolada. Instalado no bairro da Liberdade, uma das regiões mais populosas e pobres de Salvador, o centro foi planejado para atender cerca de quatro mil crianças, distribuídas entre quatro escolas-classe e uma escola-parque (Éboli, 1969). O Quadro 2 sintetiza a função de cada componente.

Quadro 2 – Organização do Centro Educacional Carneiro Ribeiro

Componente	Função e atividades
Escolas-classe	Quatro unidades, cada uma com capacidade para cerca de mil alunos em dois turnos, destinadas à instrução propriamente dita: leitura, escrita, aritmética, ciências e estudos sociais.
Escola-parque	Espaço frequentado pelos alunos no turno oposto ao da escola-classe, voltado às atividades de trabalho e artes aplicadas, educação física, recreação, música, dança, teatro e leitura em biblioteca.
Atividades sociais	Organização dos alunos em grupos e instituições escolares, com práticas de convivência, <u>cooperação e participação nas decisões coletivas.</u>
Assistência	Oferta de alimentação e cuidados de saúde, entendidos como condições para que as crianças das camadas populares pudessem aprender.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Éboli (1969) e Teixeira (1959).

O funcionamento do modelo baseava-se na alternância entre os dois espaços. Em um turno, a criança frequentava a escola-classe, onde recebia a instrução sistemática; no outro, dirigia-se à escola-parque, onde participava de atividades de trabalho, arte, educação física e socialização. Dessa forma, a jornada escolar era ampliada para o dia inteiro sem que a escola-classe precisasse abandonar o regime de turnos, solução que combinava expansão do atendimento e qualidade da formação (Teixeira, 1959). Para Anísio, a escola primária não podia limitar-se a ensinar a ler, escrever e contar; precisava oferecer à criança uma experiência completa de vida, que incluísse o trabalho, a arte e a convivência com os outros.

De acordo com a descrição de Éboli (1969), a escola-parque estava organizada em setores, cada qual instalado em pavilhão próprio. O setor de trabalho reunia as oficinas de artes aplicadas, industriais e plásticas, nas quais as crianças tinham contato com materiais, ferramentas e técnicas diversas. O setor de educação física e recreação compreendia jogos, ginástica e atividades ao ar livre. O setor socializante abrigava o grêmio, o jornal, a rádio-escola, o banco e a loja, instituições mantidas pelos próprios alunos, que nelas exercitavam a cooperação e a responsabilidade. O setor artístico destinava-se à música, ao canto, à dança e ao teatro, e o setor de extensão cultural e biblioteca oferecia leitura, estudo e pesquisa. Os alunos

eram agrupados segundo a idade e os interesses, e não apenas conforme a série que cursavam na escola-classe.

O trabalho pedagógico em um centro com essas características exigia professores preparados para funções distintas. Ao lado dos docentes responsáveis pela instrução nas escolas-classe, a escola-parque contava com professores dedicados às artes, aos trabalhos manuais, à educação física e à biblioteca, cuja preparação constituiu uma das preocupações dos organizadores do centro (Éboli, 1969). A experiência indicava, assim, que a educação integral não depende apenas de prédios e de horas adicionais, mas de uma equipe diversificada e de tempo para o planejamento conjunto das atividades, exigência que permanece atual.

Essa concepção tem raízes no pragmatismo de John Dewey, com quem Anísio estudou na Universidade de Columbia no final da década de 1920. Da filosofia deweyana, ele extraiu a ideia de que a escola deve ser uma pequena comunidade, na qual os alunos aprendem fazendo e experimentam, no cotidiano, as relações de cooperação próprias de uma sociedade democrática (Nunes, 2000). A escola-parque, com suas oficinas, seus espaços de expressão artística e suas formas de organização coletiva, foi a tradução arquitetônica e pedagógica desse princípio. Os edifícios, projetados com amplos pavilhões, áreas livres e espaços para atividades diversificadas, rompiam com o modelo da sala de aula fechada e expressavam, na própria construção, uma nova concepção de escola.

O sentido político da experiência fica evidente quando se considera o público a que se destinava. Em *Educação não é privilégio*, Anísio denuncia que a escola brasileira havia se organizado para servir às elites, oferecendo às classes populares apenas uma instrução mínima e precária (Teixeira, 1957). A Escola Parque invertia essa lógica: justamente as crianças mais pobres da capital baiana passavam a ter acesso a uma formação ampla, que incluía música, teatro, educação física e artes aplicadas, atividades até então restritas a quem podia pagar por elas. Ao fazer isso, o centro mostrava que democratizar a educação não significa apenas abrir vagas, mas garantir condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral.

Esse aspecto ajuda a compreender a recepção da experiência. O centro recebeu, ao longo dos anos, a visita de educadores brasileiros e estrangeiros e foi apresentado como exemplo de escola primária completa, o que lhe deu visibilidade muito além da Bahia (Éboli, 1969). Ao mesmo tempo, não faltaram objeções, sobretudo quanto ao custo das instalações e à dificuldade de estender o modelo a toda a rede. A essas críticas, Anísio respondia que não existe educação barata e que o país não podia aceitar, para as crianças do povo, uma escola inferior àquela que as famílias de maior renda consideravam indispensável para seus filhos (Teixeira, 1959).

A dimensão assistencial do projeto reforça essa leitura. Ao incluir alimentação e cuidados de saúde, Anísio reconhecia que a desigualdade social interferia diretamente nas possibilidades de aprendizagem e

que a escola pública precisava assumir funções que, nas famílias de maior renda, eram supridas no ambiente doméstico (Éboli, 1969). Essa compreensão antecipou debates que só ganhariam força décadas depois, como o papel da escola na proteção social da infância e a relação entre educação integral e redução das desigualdades.

O plano original era ainda mais abrangente. Previa-se a construção de uma residência destinada a acolher uma pequena parcela dos alunos, formada por crianças sem lar, de modo que o centro pudesse substituir os internatos e abrigos então existentes por um ambiente propriamente educativo (Teixeira, 1959). Essa parte do projeto não chegou a ser concretizada, mas mostra que Anísio concebia a escola pública como instituição capaz de responder, de forma integrada, às necessidades de instrução, de cuidado e de proteção da infância.

A experiência baiana não ficou restrita a Salvador. Na década de 1960, ao participar do planejamento do sistema escolar de Brasília, Anísio Teixeira propôs uma rede organizada segundo a mesma lógica, com jardins de infância, escolas-classe e escolas-parque distribuídas pelas superquadras da nova capital (Nunes, 2000). A Escola Parque da 307/308 Sul, inaugurada nos primeiros anos da cidade, é exemplo dessa transposição. Embora o plano não tenha sido integralmente implementado, a proposta revela a ambição de transformar a educação integral em política de Estado, e não em experiência isolada.

A transposição para Brasília evidencia o que havia de generalizável no modelo. Não se tratava de reproduzir os edifícios de Salvador, mas o princípio de que a formação da criança requer, além da sala de aula, espaços e tempos destinados à arte, ao trabalho, ao esporte e à convivência. Na nova capital, esse princípio foi associado ao próprio planejamento urbano, de modo que as escolas ficassem próximas das moradias e integradas à vida da vizinhança. A proposta sugere que a educação integral, para Anísio, dizia respeito também à relação entre a escola e a cidade, e não apenas à organização interna das instituições de ensino.

Décadas mais tarde, o legado anisiano foi retomado por Darcy Ribeiro na criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), no Rio de Janeiro, durante os anos 1980. Inspirados declaradamente na Escola Parque, os CIEPs ofereciam jornada integral, alimentação, atendimento médico e odontológico, atividades culturais e esportivas, em prédios padronizados projetados por Oscar Niemeyer (Ribeiro, 1986). A experiência enfrentou críticas quanto ao custo e à descontinuidade administrativa, mas confirmou a atualidade do diagnóstico de Anísio sobre a insuficiência da escola de turno curto.

As dificuldades enfrentadas por essas iniciativas ajudam a compreender por que a educação integral avançou lentamente no país. Escolas de jornada ampliada custam mais do que escolas de turnos reduzidos, pois requerem mais espaço, mais profissionais, alimentação e materiais diversificados. Em um sistema historicamente pressionado pela necessidade de abrir vagas, a tendência dos governos foi privilegiar a expansão do atendimento em detrimento da duração e da qualidade da jornada, exatamente a opção que

Anísio havia criticado (Teixeira, 1957). Além disso, experiências associadas a determinados governantes ficaram sujeitas à descontinuidade a cada mudança de gestão, o que impediu que se consolidassem como políticas permanentes.

No plano normativo, a educação integral foi progressivamente incorporada à legislação brasileira. A LDB de 1996 estabeleceu que o ensino fundamental seria ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino (Brasil, 1996). O Programa Mais Educação, criado em 2007, induziu a ampliação da jornada em escolas públicas por meio de atividades no contraturno, em formato que guarda semelhança com a alternância entre escola-classe e escola-parque. O Plano Nacional de Educação de 2014 fixou, em sua meta 6, a oferta de educação integral em pelo menos 50% das escolas públicas, atendendo no mínimo 25% dos estudantes da educação básica (Brasil, 2014), e a Lei nº 14.640/2023 instituiu o Programa Escola em Tempo Integral (Brasil, 2023).

A sucessão de programas e de dispositivos legais revela que a educação em tempo integral deixou de ser vista como experiência excepcional e passou a integrar a agenda permanente da política educacional. Revela também, contudo, que as iniciativas adotaram formatos bastante distintos entre si, ora baseados em escolas construídas especialmente para a jornada ampliada, ora na oferta de atividades complementares em espaços já existentes ou em parceria com outras instituições. Essa variedade torna ainda mais necessário dispor de critérios para avaliar a qualidade do que é oferecido, e é nesse ponto que a experiência concebida por Anísio Teixeira continua a ser útil.

Apesar desses avanços, a análise indica que a distância entre o modelo anisiano e a realidade de muitas escolas ainda é significativa. Em diversos casos, a ampliação da jornada ocorre sem infraestrutura adequada, sem profissionais em número suficiente e sem integração entre as atividades do turno regular e do contraturno, o que resulta mais em um aumento de horas do que em uma formação verdadeiramente integral. Como observa Cavaliere (2010), o mérito da proposta de Anísio estava justamente em conceber o tempo ampliado como parte de uma reorganização da escola, e não como simples acréscimo de atividades. Nesse sentido, a Escola Parque permanece como parâmetro crítico para avaliar as políticas atuais.

Outra questão recorrente no debate atual refere-se ao risco de que a ampliação da jornada seja compreendida apenas como medida de proteção social, voltada a ocupar o tempo de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A experiência do Centro Educacional Carneiro Ribeiro mostra que assistência e formação não se excluem, mas também que a primeira não pode substituir a segunda. Na proposta de Anísio, alimentação e cuidados de saúde eram condições para aprender, e o centro do projeto permanecia sendo a experiência educativa ampla, com trabalho, arte, esporte e vida social (Teixeira, 1959). Manter esse equilíbrio é um dos principais desafios das políticas de educação em tempo integral.

4 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo compreender de que modo a Escola Parque materializou a concepção de Anísio Teixeira de que a educação é um direito de todos e não um privilégio de poucos. A revisão bibliográfica e documental permitiu constatar que o Centro Educacional Carneiro Ribeiro foi muito além de uma inovação arquitetônica ou de uma ampliação de horário: tratou-se de um projeto político-pedagógico que buscava oferecer às crianças das camadas populares uma formação completa, integrando instrução, trabalho, arte, educação física, convivência social e assistência.

Os resultados mostram que a experiência, fundamentada no pragmatismo de John Dewey e no compromisso de Anísio com a escola pública, influenciou o sistema escolar de Brasília, os CIEPs de Darcy Ribeiro e as políticas federais de educação em tempo integral, que ganharam força a partir da LDB de 1996 e do Plano Nacional de Educação de 2014. Ao mesmo tempo, evidenciam que a universalização de uma educação integral de qualidade ainda é uma tarefa inacabada no Brasil.

A análise permitiu observar, ainda, que a organização da escola-parque em setores, a presença de professores com formações diversas e a oferta de alimentação e cuidados de saúde compunham um conjunto articulado, no qual cada elemento dependia dos demais. Essa articulação explica tanto a força do modelo quanto a dificuldade de reproduzi-lo, já que sua adoção em larga escala pressupõe investimentos contínuos e estabilidade administrativa, condições que raramente estiveram presentes na história da educação brasileira.

Como contribuição, o trabalho reafirma a atualidade da Escola Parque como referência para pensar uma escola pública democrática, na qual o tempo ampliado esteja a serviço de uma formação plena. Sugere-se, para pesquisas futuras, a realização de estudos de caso sobre escolas que hoje funcionam em tempo integral, comparando suas práticas com os princípios anisianos, bem como investigações sobre a situação atual do próprio Centro Educacional Carneiro Ribeiro, que segue em funcionamento em Salvador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023**. Institui o Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

CAVALIERE, Ana Maria. Anísio Teixeira e a educação integral. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 46, p. 249-259, 2010.

ÉBOLI, Terezinha. **Uma experiência de educação integral**: Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Rio de Janeiro: INEP, 1969.

LIMA, Hermes. **Anísio Teixeira**: estadista da educação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**: a poesia da ação. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 73, p. 78-84, jan./mar. 1959.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.